



**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**ATRAVESSAMENTOS E MODOS DE RESISTÊNCIA À LGBTQIA+FOBIA A  
PARTIR DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES EM UMA  
ESCOLA PÚBLICA NO ICÓ-CE.**

ICÓ – CE  
2023

PROJETO DE PESQUISA

**ATRAVESSAMENTOS E MODOS DE RESISTÊNCIA À LGBTQIA+FOBIA A  
PARTIR DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES EM UMA  
ESCOLA PÚBLICA NO ICÓ-CE**

Artigo Científico submetido à disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para aprovação no título de Bacharel em Psicologia.

DANIEL DA SILVA GOMES

**ATRAVESSAMENTOS E MODOS DE RESISTÊNCIA À LGBTQIA+FOBIA A  
PARTIR DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES EM UMA  
ESCOLA PÚBLICA NO ICÓ-CE**

Artigo científico aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Dr. Tadeu Lucas de Lavor Filho**

*Orientador*

---

**Prof. Esp. Davi Sampaio Cardoso**

*Avaliador*

---

**Prof. Me. Meury Gardênia Lima de Araújo**

*Avaliadora*

ICÓ – CEARÁ

2023

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>10</b>
2.1 BASES TEÓRICAS DAS EPISTEMOLOGIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	10
2.2 NOTAS TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO DA LGBTQIA+FOBIA	12
2.3 PRODUÇÃO DE RESISTÊNCIAS A LGBTQIA+FOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR	
.....	15
<b>3 MÉTODO</b>	<b>17</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA	17
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA	18
3.3 PROCEDIMENTOS	19
3.3.1 Lócus da Pesquisa	19
3.3.2 Grupo focal	19
3.3.3 Aspectos éticos	20
<b>4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>20</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>20</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>

## ATRAVESSAMENTOS E MODOS DE RESISTÊNCIA À LGBTQIA+FOBIA A PARTIR DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO ICÓ-CE

Daniel da Silva Gomes

Prof. Dr. Tadeu Lucas de Lavor Filho

**Resumo:** O presente artigo desenvolveu uma pesquisa com objetivo de discutir os atravessamentos e modos de resistência à LGBTQIA+fobia a partir de práticas discursivas com estudantes em uma escola pública, através de uma pesquisa-intervenção realizada em uma escola pública municipal na cidade de Icó-Ce. Enfatiza-se como o sistema patriarcal fundamenta padrões de normas e, em como a disseminação desses padrões e crenças estão ligados com a produção da LGBTQIA+fobia, marcados pelas violências impostas pelo machismo e a heteronormatividade. Esta pesquisa analisou os atravessamentos e os modos de resistência à LGBTQIA+fobia a partir de práticas discursivas de um grupo focal de estudantes do 9º ano. De natureza qualitativa, este estudo traz argumentos a partir das conclusões construídas na análise dos dados coletados. Seu desenvolvimento metodológico se deu por meio de uma pesquisa de campo realizada nos meses de Outubro e Novembro, em uma escola da rede pública municipal, na cidade de Icó-CE, onde o grupo focal, formado por 10 estudantes, participou de 5 encontros, fundamentados através de momentos de discussões, expressões artísticas e dinâmicas que se correlacionaram com a temática abordada. Os resultados e discussões fazem problematizar e refletir como a LGBTQIA+fobia está presente em todas as esferas de socialização dos estudantes, desde o ciclo de amigos, à família e até no ambiente escolar, tendo a religião e os estigmas frente as performatividades dos sujeitos como pontos chave para o recrudescimento dos preconceitos. Foi constatado, de acordo com as vivências dos indivíduos, que esses grupos sociais surgem como dois fatores: um de apoio e outro de discriminação. Por fim, foi possível evidenciar que a arte é uma grande aliada como forma de resistência e reivindicação de direitos, onde a mesma possibilita aos indivíduos a expressão de suas performances.

**Palavras-chave:** Resistência. Educação. Heteronormatividade. LGBTQIA+fobia. Família.

**Abstract:** *This article is a research project aimed at discussing the ways in which LGBTQIA+phobia can be resisted through discursive practices with students in a public school, through a research-intervention carried out in a municipal public school in the city of Icó-Ce. It emphasizes how the patriarchal system underpins standards of norms and how the dissemination of these standards and beliefs is linked to the production of LGBTQIA+phobia, marked by the violence imposed by machismo and heteronormativity. This research analyzed the intersections and modes of resistance to LGBTQIA+phobia based on the discursive practices of a focus group of 9th grade students. This qualitative study presents arguments based on the conclusions drawn from the analysis of the data collected. Its methodological development took place through field research carried out in October and November at a municipal public school in the city of Icó-CE, where the focus group, made up of 10 students, took part in 5 meetings, based on moments of discussion, artistic expressions and dynamics that correlated with the theme addressed. The results and discussions problematize and reflect on how LGBTQIA+phobia is present in all spheres of student socialization, from the circle of friends to the family and even in the school environment, with religion and stigmas against the subject's performativities as key points for the resurgence of prejudice. According to the individuals' experiences, these social groups appear as two factors: one of support and the other of discrimination. Finally, it was possible to see that art is a great ally as a form of resistance and demand for rights, where it allows individuals to express their performances.*

**Keywords:** *Resistance. Education. Heteronormativity. LGBTQIA+phobia. Family.*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa, referente ao desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, em Icó-Ce. O mesmo objetivou discutir os atravessamentos e modos de resistência à LGBTQIA+fobia através de práticas discursivas com estudantes em uma escola pública, a partir de uma pesquisa-intervenção realizada em uma escola pública na cidade de Icó-Ce.

Tendo em vista os alicerces em que a atual sociedade é pautada, faz-se fundamental a promoção de discussões acerca dessa problemática e os impactos que a mesma provoca na sociabilidade humana. Para além disso, é também importante compreender os atravessamentos e modos de resistência que advêm dessa violência produtora de sofrimento aos corpos LGBTQIA+.

Sabendo que o período evolutivo da adolescência é responsável pelo fortalecimento da identidade e do desenvolvimento social do indivíduo, ela também se destaca como uma formação da personalidade em que a problemática de gênero e sexualidade são constituintes do processo subjetivo, e dos quais, quando cancelados por uma normal não heterossexista podem estar imbuídos por processos de violência LGBTQIA+fobica (Carvalho, 1996).

Desse modo, surge a necessidade de ampliar o entendimento de como se dá o enfrentamento à LGBTQIA+fobia no decorrer da adolescência quando analisamos os papéis sociais desempenhados na família, na escola e nos diversos grupos sociais. A partir disso, a pergunta que norteou os estudos dessa pesquisa foi: Como estudantes produzem práticas discursivas sobre os atravessamentos e modos de resistência à LGBTQIA+fobia em suas trajetórias de vida?

No que rege os papéis sociais, tem-se como grande problemática as representações das minorias por parte da população que, muitas vezes, são embasadas por padrões heteronormativos e usadas como justificativa para a manifestação de preconceitos. Ainda, temos como fator para esse ponto a forma como a sociedade limita arbitrariamente a concepção de diversidade de gênero e sexual (Pereira; Torres; Pereira; Falcão, 2011).

Quando se fala do conceito de gênero a partir do senso comum, de imediato vincula-se ao masculino e feminino, muitas vezes atravessado pela dimensão biológica. A partir das teorias de gênero, que isso ocorre, não apenas esse título é designado ao indivíduo, mas todo um construto social e histórico que vem junto do termo. Assim, objetos, cores, formas de se comportar, tipos de roupa etc, são estipulados e colocados como padrão em cada um dos

termos. Desse modo, existe uma construção e padronização socialmente imposta sobre o ser homem e o ser mulher (Taylor, 2013).

Isso fundamenta-se em uma sociedade que possui como base preceitos patriarcais, onde o machismo é predominante. A figura masculina construída e idealizada na sociedade carrega consigo uma performance de liderança e poder, precisando exalar virilidade e força como performance objetiva de sua condição de legitimidade. Consequentemente, todo e qualquer indivíduo que fuja dessa norma é mal visto perante a sociedade, uma fuga da normatização da sexualidade masculina (Saffioti, 2004).

O patriarcado nada mais é que um sistema de poder baseado no gênero, tendo o homem como figura máxima de autoridade e, o mesmo é característico de um construto social que compõe uma profunda estrutura de sociedade normatizadora dos papéis sociais. A mesma é fundada e sustentada pela dinâmica entre as relações e intervenções de poder entre homens e mulheres, mas também, entre os homens em si. Segundo Engels (1984), esse sistema é responsável pela desigualdade, ao mesmo tempo que ele consegue se camuflar.

Foucault (1984), partindo de uma de suas teorias, descreve que um único dispositivo cria fenômenos semelhantes, como é o caso desse regime de domínio da figura masculina. O mesmo aborda que o mecanismo que produziu a patologização da homossexualidade, foi também responsável pela das demais minorias como, por exemplo, das mulheres, crianças, pretos etc. Isso, associa-se atualmente com o que se vê vinculado à figura feminina ou às demais que a performam.

Desse modo, não apenas as mulheres são afetadas com o sistema cis normativo, mas também toda e qualquer figura feminina existente na sociedade. Assim, acentua-se no homem gay com trejeitos femininos não apenas um, mas dois dos preconceitos tidos socialmente. Uma vez que ele foge da heteronormatividade e assume o seu verdadeiro ser, começando a performar trejeitos femininos que obnubilam as condições de serem subjetivados por uma outra lógica que não mais centrada na masculinidade hegemônica (Hirata, 2014).

Além disso, essas condições de existência são também atravessadas por uma construção social que é calcada em sistemas interseccionais de marcadores sociais da diferença. A interseccionalidade caracterizada por Hirata (2014) como uma interdependência existente nas relações entre questões de poder como raça, gênero, sexo e classe. O termo tem seu surgimento marcado no ano de 1970, a partir do movimento *Black Feminism*, com o intuito de fundar uma crítica contra o feminismo da época, que era predominantemente branco. Com isso, era buscado o que hoje é tido como a interseccionalidade: o entendimento

da interação entre dois ou mais fatores sociais que definem um indivíduo que é responsável pelos sistemas de opressão e/ou privilégio.

Em síntese, quanto maiores forem os marcadores de identidade que o indivíduo venha a possuir, mais preconceitos se acentuará sobre ele, sob um prisma de multiplicidade e, jamais de sobreposição. Isso refletirá em vastos campos de sua interação, desde a escola, o ambiente de trabalho e, principalmente, no seu meio social e familiar (Meira; Ferreira, 2019). Dessa forma, os discursos de ódio e violência atravessam a existência desses seres.

Oliveira (2018) traz que esses discursos e adjetivos direcionados aos homoafetivos, em relação a sua sexualidade e aos seus laços afetivos, não são algo honesto ou humano. Quando aborda isso, a autora traz que esses indivíduos não pertencem ao centro e nem às margens, mas sim a um local. Ainda, a mesma intitula esse local como sendo morada dos quais a sociedade julga como pecadores, pervertidos e ademais termos direcionados a quem foge da norma cisheteronormativa.

Quando trata-se da homoafetividade, entra, então, a homofobia como forma de agressão. A mesma é caracterizada como a atitude que hostiliza os indivíduos homossexuais. Apesar dela ser definida apenas como ódio ou rejeição irracional para com as gays e lésbicas, não se pode reduzi-la a isso. A homofobia costuma definir os que não pertencem a cisheteronormatividade como anormal e inferior (Borrillo, 2009). Esses sujeitos são postos fora da sociedade.

Tão forte são os atravessamentos de tais condutas, que muitos dos indivíduos que passam por esse sofrimento tendem a neutralizar sua identidade, processo esse que é chamado de homofobia internalizada. Partindo disso, esses sujeitos redem-se e aceitam as crenças que lhes condena e são impostas, buscando uma estratégia de proteção. Logo, temos a homofobia internalizada como sendo de caráter subjetivo (Santos *et al*, 2016).

Quando é passado para uma esfera mais ampla, temos o público que adentra a sigla LGBTQIA+. A violência que atravessa esses indivíduos é a LGBTQIA+fobia, caracterizada pelas hostilidades que cercam as demais esferas da sexualidade e gênero que, ainda, embasam-se na heterossexualidade como padrão vigente (Cardoso *et al*; 2022).

Inúmeros são os modos que os preconceitos atravessam os corpos da comunidade LGBTQIA+. Dessa forma, a mesma é taxada como anormal, e é tida como um tipo de ameaça a ordem regente do patriarcado cisnormativo. Temos essa violência expressada de diversas formas por meio verbal, física e/ou psicológica. Assim, o deboche, as piadas, insultos e escárnio se fazem presente em todo o processo evolutivo dos sujeitos pertencentes a sigla (Zamboni, 2016).



Não apenas as formas de agressão são distintas, mas também a reação que os sujeitos têm a ela. Embasados no que rege os padrões da sociedade cisheteronormativa, alguns indivíduos ainda buscam justificar seus atos violentos. Vemos isso no que traz Andrade (2015, p. 138-139):

Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitos acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outros se matam e alguns resistem na luta. [...] somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder.

Embasado em tudo que foi supracitado, temos o gênero e a sexualidade como um processo construtivo social e que ultrapassa a sociedade como um todo. Ainda, essas questões são atravessadas, feridas e definidas por meio de uma padronização imposta e que ganha força com o sistema cisnormativo presente nos contextos sociais.

Quando é falado do processo de formação acadêmica, entra-se em consonância de que a produção científica também deve prezar pela dignidade dos Direitos Humanos. A Psicologia corrobora com a preservação da liberdade e do bem-estar subjetivo livre de quaisquer violências. Dessa forma, a pesquisa científica entra como grande aliada na construção e reconstrução do saber, saindo de uma esfera do conhecimento popular e do achismo, e partindo para uma fundamentação e embasamento críticos e comprovados. A busca por essa reconstrução de saberes que guiou o meu processo até aqui.

Enquanto pesquisador principal, um homem branco, cisgênero e gay, desde muito cedo, eu entendi o que girava em torno do que é ser diferente e tudo que vinha junto aos trejeitos afeminados: as piadas, insultos, o nunca ser escolhido nos jogos esportivos. Sempre senti as “pedras” arremessadas e os bloqueios que surgiam de situações em que minha expressão de gênero e sexualidade rompiam com as normas da masculinidade hegemônica. Ao crescer, pude compreender o que alicerçava esse comportamento e em que a sociedade era pautada para coagir com isso.

Foi a partir dessa descoberta e de uma ânsia por mudança, que o meu percurso como pesquisador foi traçado. Sempre busquei, através da parte bibliográfica ou de relatos, entender e/ou formular um modo de resistência que amparasse a mim e aos meus iguais. Com isso, surgiu o desejo de entendimento e aprofundamento que guiou a presente pesquisa. O que norteia a justificativa pessoal para a realização desta pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa de campo, o local escolhido para realização da prática da pesquisa foi uma instituição de ensino da rede pública municipal, na cidade de Icó-CE. Essa

seleção se deu partindo dos objetivos desse trabalho e visando os contextos de socialização que existem no ambiente escolar.

Embasado no que foi supracitado, a presente pesquisa fundamentou um assunto de extrema importância na atualidade, trazendo as experiências de jovens que vivenciam suas formas de liberdade sexual no contexto escolar. Assim, esta pesquisa contribui para o curso de Psicologia da UniVS com a potencialização de trabalhos voltados para a área da Psicologia, Diversidade e Direitos Humanos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 BASES TEÓRICAS DAS EPISTEMOLOGIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE**

Gênero e sexualidade são fenômenos complexos e têm sido alvos de estudos ao longo do tempo. Diversas são as áreas que adentram o campo da pesquisa voltada para estudo da sexualidade humana, como a Antropologia, Sociologia, Biologia, Psicologia, etc. Assim, como os demais campos do conhecimento, esses também são atravessados por distintas concepções teóricas e epistemológicas.

O conceito de gênero tem tido, ao longo da história, diversas formas, mas, é a partir do ano de 1970, que o mesmo passa a vincular-se com as Ciências Sociais e a História. Assim, foi nesse período que a distinção de sexo/gênero ganhou espaço. Como bem traz a Organização Mundial de Saúde - OMS (2006), o sexo refere-se às características biológicas, a definição de macho ou fêmea para com os indivíduos. Enquanto, o segundo termo, gênero, remete ao construto social ligado à figura masculina e feminina.

Para Fróis (2020) o gênero surge de uma construção de teor social, onde atribui divergências aos sexos. Ainda, traz o mesmo como sendo o ponto primário para o estabelecimento das relações de poder que se fundam nos homens sobre as mulheres. A/O autora(o) fomenta que este é um conceito que modifica considerando as diferenças em desigualdades, provocando um contexto hierárquico, onde existe domínio de um e submissão do outro.

O termo “gênero”, então, cria uma alusão sociocultural na definição do sexo. Quando embasado nos preceitos da heteronormatividade, surge como uma suposta obrigatoriedade de performance de feminilidade e masculinidade. Vale ressaltar, ainda, que a identidade de

gênero de determinados indivíduos difere-se do órgão genitor ao qual nasceram (Santos; Ornat, 2017).

Ao trabalhar sobre as questões de gênero, Simone de Beauvoir (1970, p. 11) indaga que “não se nasce mulher, torna-se”. Desse modo, a mesma traz sobre essa afirmação uma escolha que se dá de forma implícita, mas que tende a ser realizada de forma categórica à cultura. Partindo desse princípio, existe ainda o ponto de como essa frase chega a determinados grupos de indivíduos.

Como bem traz Firmino & Porchat (2017), quando um ser nasce com um órgão sexual feminino, dá-se a ele uma suposta escolha. Mas, quando visto pelos alicerces sociais, do machismo e da heterossexualidade compulsória, essa indagação de Simone chega como uma ordem. Desse modo, por mais que haja uma liberdade presente nesse processo, ela é regida por uma padronização cultural que dita ordem sobre o sexo.

Em reforço a isso, tem-se o que Butler (2003) traz sobre a contextualização de gênero, onde a mesma aborda que ele surge e mostra que as diferenciações biológicas não são os únicos marcadores das desigualdades presente na sociedade que se embasam no sexo do indivíduo. Contudo, ainda, a autora traz que quando o gênero é colocado como uma construção, cai sobre ele um determinismo de teor cultural e linguístico:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p.26).

Partindo dessa afirmação, temos, então, a cultura como regente da performance do indivíduo. Assim, faz-se crucial entender o que fundamenta socialmente os pressupostos de algumas práticas culturais. Para Paula & Sant’ana (2022), o machismo estrutural é a base da conjuntura social da atualidade. Dessa forma, a cultura contemporânea carrega consigo traços que remetem a esse regime. Isso faz com que os caracteres que andam junto às performances de gênero sejam instituídos a partir de concepções heteronormativas.

A heteronormatividade nada mais é que um sistema de valores de teor cultural e social. Tem-se, então, o que embasa o sistema citado: a heterossexualidade é a única sexualidade naturalizada do indivíduo. Desse modo, exemplos como a homossexualidade, bissexualidade

e transexualidade entram como afronta à norma e não poderiam ser consideradas aceitas e “normais” (Albuquerque *et. al.*, 2016).

Assim, inúmeros são os preconceitos que cercam os corpos dos indivíduos que fogem dos padrões impostos pelo sistema da cisheteronormatividade. Temos, então, os que atravessam a sexualidade e identidade de gênero – ambos acoplados na LGBTQIA+Fobia. Júnior & Ceccarelli (2020), diz que a sexualidade transcende o órgão reprodutor, sendo uma esfera central do indivíduo. Ainda, trazem que existem diversas formas de satisfação que seguem junto ao indivíduo, construindo a sua identidade e performance.

Para salientar o conceito de sexualidade, temos para Foucault (citado por Larrauri, 2000) como algo que diverge do sexo, sendo ela uma prática da expressão do corpo. Ainda, o mesmo traz que as orientações sexuais não são parte da natureza humana, e sim um modo de ser do sujeito.

Uma vez falado sobre sexualidade e a expressão da mesma, abre-se um abismo que cerca os que não adentram o campo da cisnormatividade. Abismo esse que é regido pelos insultos e agressões contra os corpos dos seres que se encontram fora da massa regente. Pontos como o machismo e ideologias religiosas servem como alicerce para a perpetuação de tais condutas (Fazzano; Gallo, 2015).

Para Ceccarelli & Salles (2010), é a partir de ideologias de teor religioso que ocorre a regulamentação e padronização da sexualidade historicamente naturalizadas. Os mesmos atribuem esse processo a uma tentativa de domínio e controle do indivíduo, desse modo, delimitando seus corpos e comportamentos diante a sociedade.

Com isso, existe a inibição de comportamentos e performances de muitos indivíduos. No que tange a transexualidade, de acordo com Silva *et al.*, (2021), o processo de invisibilidade está diretamente ligado com o sentimento de não pertencimento ao ambiente. Sentimento esse que decorre, muitas vezes, da estigmatização. Decorrente a isso, o indivíduo busca como forma de assegurar sua performance cisnormativa limitar suas vivências e expressões.

Esse sofrimento acarreta todos os indivíduos presentes na sigla LGBTQIA+. Por mais que sejam atravessados de formas distintas, todos são feridos por esse sistema. Assim como a forma de preconceito sofrida varia para cada um, os modos de resistir a ele seguem essa distinção. Alguns, encontram na sua performance um caminho de luta e, outros, passam a neutralizar seus trejeitos em busca de encaixe na sociedade cisheteronormativa (Santos, *et al.*, 2016).

## 2.2 NOTAS TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO DA LGBTQIA+FOBIA

O preconceito atravessa todas as demais expressões da sexualidade humana, tais como: homossexualidade, transexualidade, bissexualidade... que se desvinculam da cisheteronormativa. Tem-se, então, um princípio determinista sobre o normal e o patológico, guiado pelas relações de poder e por meio de um discurso ideológico pregado pelas junções culturais que estruturam as sociedades cis-hétero-normativas. Ainda, vale ressaltar que quanto mais distante o indivíduo se encontra dos padrões de controle da sexualidade, mais formas de violência, vulnerabilidades e violações perpassam os corpos LGBTQIA+.

Quando analisamos a história da sexualidade humana, observamos que, o que hoje entendemos como padrão cisnormativo é um construto bastante complexo. Em culturas ancestrais como as dos povos tradicionais, por exemplo, o princípio de relacionamentos afetivos não partiam de um conceito binário, tendo algumas culturas três ou mais gêneros reconhecidos, cada um deles com diferentes papéis e contribuições sociais. Levando para a Grécia antiga, Júnior & Ceccarelli (2020) fala sobre como eram culturalmente comuns e aceitas as relações homoafetivas, sendo também incentivadas.

Na contemporaneidade, declarar-se homossexual, transexual e afins, e assumir uma postura de performance não heteronormativa ainda é um tabu. Esse processo acarreta nos jovens um misto de sensações, como medo, ansiedade, insegurança, etc. Essas sensações derivam de uma preocupação em relação aos atravessamentos que encontrarão dia-a-dia na sociedade (Júnior; Ceccarelli, 2020).

Vale ressaltar que, uma vez que a atual cultura é regida por uma hegemonia masculina e pela agressão a qualquer expressão que se desvincule da heteronormatividade, é justificável as sensações que surgem sobre os corpos LGBTQIA+. Para melhor entendimento, de forma conceitual, Machado (2016) aborda a masculinidade hegemônica como sendo uma expressão dominante de espaço e tempo, tendo a figura do homem como ponto principal e opressor de quaisquer outros modos de performatização de gênero que divergem dela.

Regimes como esses são amparados pelo patriarcado presente na sociedade, onde cria e propaga preceitos de uma hierarquia masculina, como sendo o homem cis-hétero a figura maior de autoridade. Hirata (2018) aborda, de forma mais sucinta, que o sistema patriarcal é uma construção social onde os homens detêm o poder em suas mãos.

Amaral *et al.*, (2017) reafirmam isso quando dizem que em uma sociedade cujo modelo é embasado no patriarcado e no machismo, as mulheres tiveram e têm que lutar por direitos básicos como, por exemplo, direitos políticos e, também, sobre seu corpo e

sexualidade. Reforçam, embasados em padrões sociais, que o homem deve estar sempre reafirmando sua masculinidade e pronto para o sexo, enquanto a mulher deve manter-se submissa, sem ao menos ter escolha sobre os fazeres com o seu corpo.

Pensamentos e imposições como essas são comuns e bastante frequentes na contemporaneidade. Tem-se, ainda, mais uma opressão do sistema patriarcal: a heterossexualidade compulsória. Esse termo, direcionado a um indivíduo, refere-se a uma suposta obrigatoriedade de conduta sexual – a heterossexual. Em consequência disso, toda expressão sexual que não ela, é alvo de ataques (Canciani; Ghisleni, 2018).

Quando é abordado os preconceitos que atravessam a sexualidade e o gênero, temos a LGBTQIA+fobia como a mais comum dentre essas formas de violência. As mesmas se concretizam de maneiras e intensidades distintas, indo desde agressões culturalmente naturalizadas como “brincadeiras”, até homicídios. É crucial destacar que essas violências não se dão apenas de forma física, mas também de forma psicológica e emocional (Peixoto, 2018).

No contexto nacional, é quase uma epidemia social as violências que cercam as sexualidades e identidades que se difundem da heteronormatividade. No que concerne ao cenário brasileiro, nosso país ocupa uma das mais altas posições no *ranking* internacional de crimes contra a comunidade LGBTQIA+. Segundo matéria divulgada, no ano de 2022 ocorreu uma morte violenta a cada 34h, totalizando ao longo do ano 256 vítimas, sendo 242 homicídios e 14 suicídios (Híbrida, 2023, *On-line*).

O número apresentado nos dados acima são frutos de um sistema opressor, que usa de pressupostos religiosos e compulsórios para ditar padrões. Quando dado ênfase nas ideologias religiosas, é comum encontrar crenças contrárias à homoafetividade, onde em sua quase totalidade, a descreve como “doença” o “pecado abominável” (Ribeiro; Scorsolini-Comin, 2017).

Ao abordar sobre agressões e opressões, e trazendo para um local específico, temos as escolas como grande foco de comportamentos de violência, voltados para os trejeitos e performances fora da norma. É comum ouvir-se relatos de jovens sobre insultos, apelidos pejorativos e agressões físicas dentro do ambiente escolar (Zequinão *et al*, 2016).

Santos & Cerqueira-Santos (2020) trazem que quando essa violência ocorre dentro desse contexto, o escolar, intitula-se de *bullying* homofóbico. Esse termo refere-se a atos de ataques verbais ou físicos, praticados de forma intencional, com o intuito de ferir um indivíduo que não tem uma forma fácil de defesa.

Para mais, por envolver assuntos diversos como orientação e identidade sexual, educação sexual, questões de gênero... se faz complexo trabalhar sobre a temática no contexto escolar. Mas, para além disso, entra outra problemática que é a forma como o assunto é velado dentro do âmbito escolar. Souza & Silva & Santos (2015) descrevem esse processo como agente causador das atitudes de agressão, omissão, desprezo e demais formas de violência que é visto no cotidiano escolar.

Desse modo, o que discutir sobre a LGBTQIA+fobia e os modos de resistência produzidos pelos adolescentes na atualidade? Ainda, como a escola tem sido um agente ativo no enfrentamento a tais agressões?

### 2.3 PRODUÇÃO DE RESISTÊNCIAS A LGBTQIA+FOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Debater sobre sexualidade e gênero na adolescência é imprescindível para um melhor entendimento acerca do desenvolvimento do indivíduo e da construção de sua subjetividade. Sabendo que a escola é, na maioria das vezes, um dos locais com maior interação social, a mesma entra como ponto fundamental para esse estudo. Para além de entender os atravessamentos que jovens LGTQIA+ sofrem no seu dia-a-dia, faz-se crucial compreender como produzem resistências aos preconceitos vivenciados no contexto escolar.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida pelo período que divide a infância e a fase adulta, correspondendo à faixa etária de 10 a 19 anos. Durante o decorrer dessa fase, muitas alterações ocorrem no corpo do indivíduo - seja em fatores físicos ou psicológicos. É durante esse tempo que é como acontecerem alterações de humor, atração sexual, questionamentos sobre o desenrolar da vida, pontos voltados para a aceitação e demais questões voltadas para área sexual, como afirmação de uma identidade (Filipini, *et al*, 2013).

Sabendo que a sexualidade é um ponto fundamental da vida do ser, a mesma abarca diversos contextos, como: sexo, gênero, orientação sexual e identidade. No que cerne a adolescência, esses contextos entram como descobertas e possíveis novas experiências e, assim como todo fruto social, passa por diversos atravessamentos como a cultura, fatores econômicos, de raça... moldando e limitando suas interações (Costa; Oliveira, 2011).

É a partir de vivências do contexto social, que os adolescentes tendem a expressar suas concepções de gênero. As experiências que compartilham são cruciais para a construção da sua identidade e, também, para a formulação de significados sobre o mundo. Entra, então, as discussões sobre identidade de gênero, sexualidade e afins por contextos sociais como a família, ciclo religioso, ambiente escolar e outros do seu vínculo social como

fundamentadores nesse processo (Amara, *et al.*, 2017). Partindo disso, vale fomentar sobre como o ambiente escolar trabalha sobre a temática.

Junior & Oswaldo & Pocahy (2018) trazem que dentre as violências que ocorrem no âmbito escolar, ganha destaque o silêncio, mediante relatos de assédio e/ou violências, sofridos por jovens LGBTQIA+, adotado por alguns profissionais da educação, como por exemplo, o professor, que é quem tem um contato mais direto com os alunos. Quando, por motivos de incompreensão, por não perceber determinados comportamentos como preconceito, ou até mesmo, por compactuar com algumas discriminações, adotam o silêncio e, em alguns casos, esse professor, como figura de autoridade presente, cerceia a fala do aluno, reforçando os comportamentos de agressão.

Esse ponto é reforçado pelas representações embasadas nas crenças, valores e opiniões dos professores que, ao invés de combater os atos de violência, propagam-no. Entra então, quando é abordado sobre representações, a heteronormatividade. De acordo com Silva & Santos (2015), essa concepção é (re)produzida pelo corpo docente da escola, por meio de suas crenças. Para além, ainda existe o vago conhecimento por parte dos mesmos no que diz respeito aos modos que a LGBTQIA+fobia perpassa os corpos dos indivíduos.

Como tentativa de combate a essa problemática, o governo lançou no ano de 2004 o Brasil Sem Homofobia, programa específico para a comunidade LGBTQIA+. Foi um marco importante para os avanços nas lutas da classe, sendo também importante no que rege as denúncias de violência e necessidade de se pensar políticas públicas destinadas a essa população (Santos; Santos, 2020).

Uma vez que o ambiente escolar é um espaço dinâmico, plural e diverso, este pode acabar por tornar-se um local repleto de violências que atravessam os corpos LGBTQIA+, como expressão da cultura machista que impera atualmente. Uma das formas que os mesmos encontram para seguir é a partir da resistência. A resistência é caracterizada pelas ações de um determinado grupo, no caso atual a comunidade LGBTQIA+, que defendem seus direitos básicos, como acesso à educação, de ataques violentos (Cerqueira; Santos; Filice, 2021).

Para se entender os movimentos de lutas por direitos da comunidade, faz-se importante conhecer o surgimento dos mesmos. Desse modo, vale citar Simões e Facchini (2009):

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de semvergonhice, pecado, doença



e degeneração. Considerando tais características – de aglutinar pessoas dispostas a declarar sua homossexualidade em público e que se apresentavam como parte de uma minoria oprimida em busca de alianças políticas para reverter essa situação de preconceito e discriminação -, podemos dizer que o movimento político em defesa da homossexualidade no Brasil já completou trinta anos. O marco consagrado nessa historiografia particular é a formação do grupo Somos, em São Paulo, em 1978, na mesma época em que era lançado o *Lampião*, jornal em formato tablóide que se voltava para um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como de outros temas políticos afins e até então considerados “minoritários”, como o feminismo e o movimento negro (Simões e Facchini, 2009, p. 13).

O percurso das lutas LGBTQIA+ no país é regido por reconfigurações e mudanças, isso por motivos de atualizações no contexto social e, também, dentro do movimento social em si. Esses movimentos representam um ponto ativo e de grande importância nas conquistas obtidas pela comunidade, pois é através deles que o Estado é pressionado a atuar com políticas públicas eficazes e pode passar a buscar soluções para a demanda (Pereira, 2016).

Trazendo para o contexto atual, essas lutas possibilitaram uma potencialização no que tange às identidades sexuais e de gênero se fazerem presentes em amplos campos da sociedade. Esse fato também designa políticas públicas de inclusão que foram criadas (Pereira, 2016). Para mais, os atuais movimentos ainda salientam a importância do papel da escola na construção e desconstrução de fatores sociais ligados a essa temática.

Partindo do ponto que os ataques preconceituosos restringem a real performance de autonomia do indivíduo, faz-se fundamental os educadores se libertarem dos preconceitos que carregam consigo para que assim possa haver um combate a tais atos no ambiente escolar e, ainda, para que a educação seja fundada em preceitos de inclusão e respeito (Marcon; Prudêncio; Gesser, 2016).

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A presente pesquisa consistiu em uma modalidade qualitativa com desenvolvimento metodológico a partir de uma pesquisa de campo, onde buscou discutir os atravessamentos e modos de resistência à LGBTQIA+fobia dos participantes por meio de suas práticas discursivas. Sendo assim, foi desenvolvido o método da pesquisa-intervenção.

A pesquisa de teor qualitativa busca argumentar as conclusões através da percepção e da análise dos dados coletados. Desse modo, a mesma não prende-se a questões numéricas,

mas sim, na compreensão de um determinado grupo social. Tem-se então, uma pesquisa com desfecho imponderável, fazendo com que o pesquisador esteja presente tanto como sujeito quanto como objeto da pesquisa (Goldenberg, 1997, p. 34).

Ainda, como supracitado, o estudo se deu em forma de pesquisa de campo. Para Fonseca (2002), esse procedimento se caracteriza pela junção da pesquisa bibliográfica ou documental, com a coleta de dados junto a um grupo de indivíduos, podendo ser realizada por meio de diversas formas de pesquisa, como por exemplo a pesquisa-intervenção.

Coimbra (1995) traz que, a pesquisa-intervenção aborda uma forma desarticuladora, onde foge dos princípios instituídos naturalizantes do fazer pesquisa, corroborando com Aguiar & Rocha (2007) que redesenha o método em uma conversão do modo de “conhecer para transformar” para “transformar para conhecer”. Ainda, Aguiar & Rocha (2007) abordam que o indivíduo portador do conhecimento surge a partir de experiências sócio-históricas, onde as condições que regem a formulação dos fundamentos e o indivíduo que está incluso nesse processo são instituídos de formas determinantes e nas micropolíticas das relações de poder.

### 3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

As atividades de pesquisa foram realizadas em caráter presencial, por meio de grupos de discussões. A pesquisa foi concebida em uma escola da rede pública municipal na cidade de Icó-CE, contando com a participação de estudantes da rede de ensino referente às turmas de 9º ano. A pesquisa esteve vinculada a um Projeto de Extensão da Liga Acadêmica de Psicologia Comunitária - LAPSICO, intitulado de “Artesanais da Diversidade LGBTQIA+ na Escola”. Desse modo, contou com a colaboração de duas estudantes universitárias do curso de Psicologia, ambas integrantes da LAPSICO, na condição de extensionistas e assistentes de pesquisa.

A escola foi selecionada através de indicação por parte de um técnico educacional da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE-17, este possui formação superior em Psicologia, porém não exerce o cargo de psicólogo escolar na instituição. Contudo, seu conhecimento sobre as realidades escolares da cidade possibilitou uma diretividade na habitação do campo de pesquisa. Em sequência, após um contato telefônico prévio foi agendado uma reunião com o núcleo gestor da escola, com o intuito de explicar como se fundamentaria a pesquisa, combinando datas e horários. O momento da reunião foi contemplado com a participação do pesquisador principal, juntamente com o

professor universitário orientador e, ainda, com a diretora e 03 coordenadores pedagógicos da instituição.

No que se relaciona aos critérios de inclusão de participação discente, os mesmos tinham a faixa etária entre 14 e 18 anos, devidamente matriculados na escola e com os termos de Assentimento do Comitê de Ética e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados. Quanto aos casos de exclusão, não houve nenhum necessário. Os nomes adotados no decorrer dos resultados e discussões são fictícios para se referirem aos estudantes da escola.

### 3.3 PROCEDIMENTOS

#### 3.3.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Tempo Integral, que é localizada na área urbana da cidade de Icó - Ceará. A mesma funciona na categoria de tempo integral híbrida e abarca oito turmas, sendo elas 04 do oitavo ano e 04 do nono ano. Os encontros foram realizados em diversos espaços da instituição (sala de aula, biblioteca, refeitório e sala dos professores), adequando-se aos respectivos temas e disponibilidades.

#### 3.3.2 Grupo focal

A pesquisa foi realizada através de 05 encontros voltados aos estudantes da instituição escolar. No 1º encontro de discussão do grupo foi realizada a integração do grupo onde as discussões foram iniciadas abordando o tema gênero e sexualidade. No 2º encontro de grupo continuamos a linha de debate sobre gênero e sexualidade, e o mesmo foi regido por um momento de culminância se utilizando da produção de pinturas, onde buscamos discutir por meio da arte como os corpos são atravessados pelas violências e lutas da comunidade LGBTQIA+.

No 3º encontro foi trabalhado sobre a LGBTQIA+fobia, onde fundamentaram-se discussões acerca dos escritos bibliográficos e das experiências dos participantes. Dando sequência, o 4º encontro de grupo focal foi pautado pelo tema da Família e Diversidade, onde houve um momento de partilha sobre os entrelaces de suas sexualidades e como isso impacta suas vivências familiares.

Em continuidade, o 5º encontro de discussões foi realizado sob a temática de Diversidade no Ambiente Escolar, onde buscou discutir o processo de resistência no âmbito escolar. Ainda, durante o momento de discussão foi realizada a restituição da pesquisa, bem como o seu encerramento. Em um momento de *feedback* dos participantes, foi relatado como esses momentos impactaram suas trajetórias de vida.

No mais, foram produzidos Diários de Campo, como ferramentas metodológicas para o registro dos encontros e, também, para a realização dos estudos sobre os dados coletados durante a pesquisa. Esses diários foram produzidos de forma coletiva, juntamente com as duas estudantes universitárias que participaram do processo de experiência da pesquisa.

### 3.3.3 Aspectos éticos

Por fim, o presente projeto, tomou como base de orientação ética a Resolução de nº 466/12, que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (Ministério da Saúde, 2012) e da Resolução nº 510, 07 de abril de 2016, ambas vinculadas ao Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido na Plataforma Brasil e encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Vale do Salgado. A pesquisa possui aprovação no CEP com o número do parecer: 6.292.878.

## 4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados qualitativos da pesquisa consistiu no dispositivo da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2001). Por meio da análise categorial de Bardin (2001), foram realizadas, no primeiro momento, leituras flutuantes e mais livres para possibilitar criar as categorias de homogeneidade de sentido em torno das seguintes categorias (Bardin, 2001): Gênero e Sexualidade; Família e Diversidade; Escola e Diversidade; Violências e Resistências. Os grupos de discussão foram gravados com uso de celular *smartphone* e transcritas para análise textual. Após isso, foi utilizado o recurso do *Office Word* para categorização dos trechos de acordo com as categorias analíticas supracitadas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a seguir trazem reflexões que se entrelaçam às problemáticas inicialmente trabalhadas de forma bibliográfica no presente artigo. Abordam, então, desde o entendimento teórico acerca da comunidade LGBTQIA+ de acordo com os participantes, até os atravessamentos que sofreram durante suas trajetórias de vida, perpassando pelos ambientes social, familiar e escolar.

Vale ressaltar que o grupo foi constituído não apenas de pessoas LGBTQIA+, mas também de pessoas heterossexuais, sendo eles 06 dos 10 alunos integrantes do grupo. Grande parte dos participantes conheciam fatores sobre a comunidade LGBTQIA+, identificando como a sociedade abarcava essas questões e, em como o ambiente familiar e escolar surgem em duas esferas diferentes: uma de apoio e outra de opressão.

Inicialmente quando iniciamos o grupo de discussão, surgiram alguns questionamentos sobre a sigla e o que cada letra da mesma representava: *“Eu já ouvi falar em LGBTQIA+, mas não sei o que cada letra significa”* (Ster, estudante da escola). Em resposta, Luna falou:

“Cada letra significa um grupo, de orientação sexual ou de gênero. Tipo: L = lésbicas, G = gays, B = bissexuais, T = transsexuais e travestis, Q = pessoas queer, I = intersesuais, A = assexuais e o +, eu acho que é para representar os outros grupos e tipos de sexualidade que existem fora essas, como a pansexualidade” (Luna, estudante da escola).

Thiago completa:

“Ainda é muito comum que parte da sociedade não conheça a fundo as categorias que existem dentro da sigla, principalmente se partirmos para uma análise dos nascidos por volta dos anos 50 a 70. Falo isso por ver os meus avós. Existem ainda, muitos que usam a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o que eu acho que acaba excluindo todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero” (Thiago, estudante da escola).

Essas falas trazem consigo o que muitos afirmam sobre a visibilidade que algumas letras da sigla têm, enquanto outras não. Para reforço de tal fundamentação, Dall’orto (2022) traz, em seus estudos sobre a bissexualidade, que a mídia tem sido responsável pela propagação de uma visão supérflua e estereotipada, criando caracteres voltados para uma sexualização e, também, como meio de piadas. O mesmo ainda fomenta que quando existe uma formulação de narrativa embasada em estereótipos, isso corrobora para o aumento de uma comunicação falha, vindo a eliminar o poder do indivíduo que foge da norma social (des)construir a narrativa vigente.

Como aborda Foucault (1999, p. 11-12): “o discurso sobre a repressão se mantém, pois, é fácil de ser sustentado e corrobora com o poder”. Partindo disso, faz-se possível salientar como a imagem do poder vigente tem um papel ativo no que tange os processos de padronização e repressão social. Assim, cabe a seguinte indagação: qual imagem caracteriza esse sistema de poder?

Para Moscovici, (2003, p. 48), historicamente existe um padrão social de sucesso a ser seguido, padrão esse que se embasa nos preceitos patriarcais os quais pautam nossa sociedade. Desse modo, temos o homem branco, heterossexual, rico e, de preferência cristão como base desse modelo. O mesmo afirma que esse modelo é excludente e responsável por parte das dificuldades que cercam os corpos que não pertencem a ele, lhes tirando um lugar de fala e, ainda, não os são permitidos o papel de agentes ativos na construção e interpretação da realidade.

Essa concepção de conceitos e padrões é amparada pela masculinidade hegemônica, tendo a mesma como sistema de poder para as agressões que atravessam os corpos que fogem dessa norma, que na maior parte das vezes são eles: corpos transexuais, travestis, gays que possuem uma performance mais afeminadas etc. Em reforço a tal, Machado (2016) indaga em seus estudos que esse sistema nada mais é que toda agressão direcionada aos corpos e as formas de performance que desvinculam-se da figura do homem cis-hétero universal.

Hirata (2018) fortifica tais afirmações quando traz que esses mecanismos são crias de um regime patriarcal, que é alicerce principal da atual sociedade e dita os padrões que são impostos na mesma. Para mais, ainda salienta que esse sistema caracteriza-se pelo homem como detentor do poder. Dessa forma, fundamenta-se o motivo dos pressupostos da desigualdade existente dentro da comunidade LGBTQIA+, onde determinados grupos são alvos com maior frequência das forças de violências provocadas pela/na sociedade.

Quando abordado sobre os grupos presentes na comunidade LGBTQIA+ e as formas que a sociedade vê cada um deles, Harry indagou:

“Por mais que toda a comunidade LGBTQIA+ seja alvo de violências, a sociedade e, também, os próprios integrantes, atacam alguns grupos com maior força e frequência. Por exemplo: pessoas transexuais e travestis são o maior alvo de violência e mortes. Sem contar, em toda uma desvalorização e negação por aceitarem suas reais identidades de gênero. E, isso não acontece com o G da sigla, que por mais que seja atacado, ainda tem uma maior visibilidade e aceitação perante a sociedade” (Harry, estudante da escola).

A fala do estudante faz surgir a seguinte questão: quais marcadores sociais são responsáveis por tais ações? Bom, como supracitado e amparado por Hirata (2018), a atual sociedade é fundada sobre uma concepção machista, onde a figura do homem cis-hetero é tida como padrão do que é certo a ser seguido. Mas, outros marcadores também perpassam os corpos dos indivíduos, como a raça, a classe social, etnia etc. Dessa forma, todo corpo que performa uma imagem que segue os padrões socialmente instituídos tende a ser mais aceita na sociedade, assim como os que desvinculam-se dela com maior ênfase são alvos de maiores ataques.

Isso está diretamente ligado às relações de desigualdade entre os sexos, que tendem a ser permeadas pelas construções culturais estereotipadas de dominação, inferioridade e descaso com as mulheres, onde favorecem e naturalizam as desigualdades de poder nas relações, sejam elas sexuais, afetivas ou sociais como um todo ( Souza *et al*, 2020). Sobre as relações de poder existentes na sociedade, Scott (1990 p. 14) traz que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Dessa forma, cabe salientar sobre a forma como existe um processo mutável de construção e desconstrução por parte dos sujeitos no decorrer de suas vivências e entrelaces sociais, o que nos leva a perceber que a leitura das relações de gênero e das relações de poder deve “[...] explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social (Piscitelli, 1998, p. 150).

Partindo dessas afirmações, o gênero é tido como uma construção social e, também, como uma forma de classificação social que, articulada a outras variáveis classificatórias, desenha relações sociais de poder, mas também como um conceito plural, se refere às vivências múltiplas de sujeito. Sendo assim, o termo *identidade de gênero* abrange uma ala maior que o binarismo clássico entre homem e mulher, abarcando os corpos transsexuais e travestis, assim como também formas diversas da masculinidade e feminilidade, como é o caso da comunidade LGBTQIA+ (Marinho, 2016).

Ainda, Heilborn (2010) traz que os padrões de gênero que são impostos socialmente nos levam a ver uma modalidade do gênero que coage na sexualidade, a qual vincula-se a um determinismo de aprendizagem vinculada a algoritmos sociais ligados a vida sexual do sujeito - a pretensa concepção biologizante da vida sexual. Devido a tal, apresenta-se gênero como um globo de construção sociocultural, onde vem a funcionar como outro marcador social, alvos de discriminações e violências, ambas amparadas pelas relações de poder.

Harry trouxe em uma de suas falas um momento que vivenciou em uma roda de conversa com um grupo de amigos:

“Estávamos conversando sobre algumas pessoas que passavam pela praça, até o momento em que passou um pessoal que sabíamos que eram gays, aí entramos nesse assunto de namoro e também de sexualidade. Um dos meus amigos ao olhar para dois dos caras que passavam, meio que comparou e disse: “Olha, os dois são gays, mas só um deles parece. O outro como se veste como homem, ninguém nem percebe que ele é”. Essa fala dele rendeu durante aquele momento, uns demonstraram concordar e outros não, mas o que me chamou a atenção foi um colega dizer que achava feio gays afeminados e, ainda insinuar que isso era a causa que muitos sofriam agressões” (Harry, estudante da escola).

Em sequência a fala do mesmo, Ravenna (estudante da escola) indagou e levantou o seguinte questionamento: “Eu não entendo o motivo de julgar mais os que são afeminados, é só a forma que eles gostam de se vestir e agir. Sem contar que todos são gays do mesmo jeito, por que ser pior com um? ”. Para resposta de tal pergunta e como meio de justificativa para a forma que determinados grupos tendem a ser mais atravessados por comportamentos violentos, entra as questões que são base para os padrões socialmente impostos, como o machismo, racismo etc. Desse modo, adentra a esfera das intersecções sociais.

No que refere-se a interseccionalidade, Crenshaw (2002, p. 177), em seus estudos sobre raça e gênero, conceitua interseccionalidade como a interação de dois ou mais eixos de subordinação. Ainda, aborda como a forma que determinadas ações e políticas específicas geram opressões que se fundem a partir desses eixos de preconceitos, onde vem a constituir aspectos ativos e dinâmicos do desempoderamento do indivíduo sobre suas vivências. Trazendo para a comunidade LGBTQIA+, esses fatores vinculam-se de forma direta a suas orientações sexuais, ao gênero, as performances dos corpos dos mesmos, raça, classe social etc. Uma vez que um indivíduo é transexual, preto e periférico, eixos de preconceitos presentes na sociedade se unem sobre seu corpo, atravessando-o de estigmas e ataques, colocando em análise as condições de opressão sobre a representação do sujeito universal.

Assim, as normas sociais que regulam o que é aceito ou não perante a sociedade condescendem o conjunto de comportamentos e apresentações que moldam o caráter e a identidade de uma coletividade, de modo que a opressão, intolerância, estigmatização e exclusão revelam a vulnerabilidade a que determinados indivíduos e grupos estão submetidos por não serem aceitos, tendo as diferentes expressões de sua sexualidade e identidade de gênero consideradas anormal. Para Goffman (1988), o estigma é conceituado a partir da referência a um atributo profundamente depreciativo e pode se referir às abominações do corpo e às culpas de caráter individual e tribais, de raça, nação e religião.



Ao refletir sobre normas e estigmas, pode-se adentrar o campo que cerca a formulação de família, como a atual sociedade estipula esse grupo, os papéis que cada membro deve executar e outros padrões que se instalam sobre a concepção de família. Para Netto (2020), é possível afirmar que a Constituição de 1988 representou um marco histórico para a comunidade LGBTQIA+, onde veio a modificar completamente a interpretação normativa em torno do que até então era intitulado como família, criando um paradigma pautado na inclusão, nas pluralidades de configurações e no respeito entre os membros do núcleo familiar, vindo assim a pôr em xeque o modelo patriarcal anterior. Ainda, o mesmo salienta que apesar dos grandes avanços obtidos em relação à tutela dos direitos dessas pessoas, a exemplo das uniões homoafetivas e da possibilidade de retificação registral sem prévia submissão a procedimento cirúrgico de redesignação genital, a estagnação por parte do Congresso Nacional, no avanço a conquistas de novos direitos, provoca um cenário de insegurança jurídica para essas pessoas.

Apesar de todos os avanços que ocorreram em relação aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e que perpassam essa temática, quando é colocado em foco as formulações populares, é possível observar como o conceito de família ainda vincula-se com um modelo patriarcal, sendo ela constituída apenas de um homem (como alfa da casa), uma mulher (como servidora para o mesmo) e filhos, que juntos venham a ter. Dessa forma, bane quaisquer outras formulações de família que possam existir. Luna (estudante da escola), em uma de suas falas, compartilhou um momento que ampara tais reflexões:

“Na minha família, todos dizem aceitar e respeitar as pessoas que não são hétero, mas isso não passa de uma fala. Eu tenho um tio que é homoafetivo e é casado com outro cara. Lá em casa, todos sabem disso e fingem que não. Minha vó quando liga para ele, sempre pergunta quando vai arrumar uma mulher para casar, mesmo ele já sendo casado e ela sabendo. Todos da família sabem, mas sempre fazem questão de dizer a todos de fora que ele é solteiro, nunca reconhecem a família que ele constituiu” (Luna, estudante da escola).

Em continuação a fala da mesma, Judith (estudante da escola) relatou vivências comuns sobre as questões de gênero no ambiente familiar:

“Na minha família acontece algo parecido com isso. Eu tenho um primo que está no processo de transição e todos dizem que respeitam ele, mas isso só acontece quando ele está por perto, é só ele se virar que começam a falar mal dele. Falam de como ele se veste, que não precisava ser assim e um monte mais de horrores. Inclusive, tem um tio meu que não frequenta mais as festas de família e eu não entendia o porquê, até que vi minha mãe falando que era por conta desse meu primo. Ele disse que não queria o filho dele de 10 anos, convivendo com alguém assim, para não ter perigo dele ser igual” (Judith, estudante da escola).

Para fundamentar o assunto supracitado, faz-se importante entender o que embasa a construção da identidade do indivíduo que, para Pessoa & Costa (2014) é pertinente dizer que a “socialização” é ferramenta chave na constituição da identidade dos sujeitos. Ganha destaque, então, a relevância também da família que constitui esse processo, em especial dos pais e/ou responsáveis diretos, a qual se constitui como contexto inicial dos vínculos do indivíduo, caracterizando-se como uma instituição que carrega significados e sentidos importantes no processo de subjetivação e constituição do eu dos membros que a compõem.

Ainda Foucault (1999) indaga que essas famílias possuem um papel crucial no que tange o desenvolvimento biopsíquicosocial no desenvolvimento da sexualidade das crianças e dos adolescentes, sendo responsáveis por transmitir valores e distribuir papéis que perpassam e mantêm as normas socialmente construídas e das quais regem as imposições dos papéis de gênero. No mais, com a quebra desse vínculo, ocorre o sentimento de desamparo perante o mundo. Esse sentimento surge, muitas das vezes, quando, ao descobrir a sexualidade dos filhos, os pais que legitimam a “família tradicional” não compreendem e não aceitam, vindo a acarretar no abandono familiar.

Partindo de tais pressuposto, cabe abrir o seguinte questionamento: Se a família é base da socialização e construção da identidade do sujeito, qual o impacto que tais discursos acarretam na subjetividade e vivências dos corpos LGBTQIA+?

Em reflexão a esta questão, de acordo com relatores da ONU (Organizações das Nações Unidas) muitos jovens LGBTQIA+ correm um risco maior de acabar indo para a rua, decorrente do abandono familiar. Sendo assim, por não estarem em um ambiente seguro e acolhedor, essas pessoas além de terem seus direitos humanos violados, podem vir a desenvolver transtornos mentais como a depressão, bipolaridade e tentativas de suicídios (ONU, 2019). No ano de 2018, o Grupo Gay da Bahia - GGB registrou cerca de 100 mortes advindas do suicídio por parte de integrantes da comunidade LGBTQIA+. Portanto, cabe dar ênfase na forma como a saúde mental dos mesmos é prejudicada socialmente.

Uma vez que os processos que cercam as vivências de pessoas da comunidade LGBTQIA+ são cercados por entraves e violações, que seguem desde o momento de descoberta por parte dos mesmos até o restante de suas trajetórias de vida, é crucial que haja um apoio psicológico profissional. Para Nascimento (2018), esse apoio se faz fundamental tanto para o indivíduo LGBTQIA+ quanto para a família, uma vez que esse auxílio possa a vim facilitar a compreensão e servir como suporte durante o processo de aceitação, tanto para

o corpo que está no caminho de descobrimento pessoal, como para a família que segue junta nesse processo.

Dando sequência ao que vinha sendo abordado sobre a família no grupo, bem como isso também atravessa outros espaços de sociabilidade, as ações preconceituosas que partem dos membros da família costumam ser amparadas por questões de fundamentalismos muitas vezes regidos por doutrinas de teor cultural e religioso. Em um dos encontros, Ster (estudante da escola) teceu um comentário sobre a não participação de um colega nos encontros da atual pesquisa:

“Ele queria muito participar, está se descobrindo e sempre parece querer entender mais sobre o tema. Quando foi apresentado a pesquisa, ele ficou super empolgado e sempre falava sobre isso, perguntando como seria e quem de nós iríamos participar. Aí depois ele chegou dizendo que não ia mais participar, que não daria certo. Ao questionar, ele falou que a mãe dele não o autorizou participar. Por ela seguir a doutrina cristã da igreja evangélica ela não acha que isso é correto, diz sempre que é errado e pecado” (Ster, estudante da escola).

De início, cabe salientar que a forma como a religião se entrelaça à diversidade sexual e de gênero é plural. Enquanto existem discursos que excluem tais causas, também existem os que incorporam a diversidade sexual como parte do seu quadro cosmológico e doutrinário como, por exemplo, segmentos minoritários do protestantismo e afro-brasileiros. Entram, então, em duas esferas diferentes: uma de apoio e outra de opressão. Podem expressar ideias e práticas homofóbicas, como podem também realizar a crítica social das desigualdades que atingem a comunidade LGBTQIA+ (Honorato; Natividade; Oliveira, 2017).

Ainda, Honorato & Natividade & Oliveira (2017) fomentam que os segmentos hegemônicos do cristianismo têm sido vistos cada vez mais como porta-vozes de visões conservadoras quando o assunto é a homossexualidade. Por outro lado, pesquisas comecem a identificar uma relativa pluralização de opiniões, percepções e formas de atuação a partir de eventos e fatos recentes. Esses novos olhares têm sido propiciados, sobretudo, pela criação de igrejas inclusivas ou igrejas gays no país, apontando o entrelaçamento entre identidades coletivas e religião.

Na fala de Thiago (estudante da escola), pode-se fazer notar como a religião adentra as causas da comunidade LGBTQIA+ em duas formas opostas:

“Na minha família, muitas pessoas são evangélicas, mas nem todas têm o mesmo pensamento. Alguns usam da religião como meio de atacar e violentar as pessoas que são gays e tal, mas eu tenho uma tia que faz o oposto disso e também embasa

suas falas na religião. Ela sempre costuma dizer o quanto tais violências são erradas e, na grande maioria das vezes, ela fala em como Deus disse que devíamos amar as pessoas e não atacar. Acho que muitas vezes não é culpa da religião em si, mesmo ela dando base para isso, mas a culpa maior é da pessoa mesmo. Só costumam usar da religião como desculpa para fazerem o que realmente querem” (Thiago, estudante da escola).

Desse modo, assim como acontece em outras esferas sociais, a religião adentra de forma distinta nas causas que cercam a comunidade LGBTQIA+. Isso também ocorre no ambiente familiar e escolar, onde muitas vezes o indivíduo esbarra em uma contradição de sentimentos voltados para si. Essa questão foi algo que ficou bem notável durante o processo de realização da pesquisa, uma vez que os estudantes e pesquisadores trouxeram muitos entraves sobre este assunto. Abordando em como um mesmo grupo social pode perpassar as vivências dos indivíduos de formas opostas. Vislumbramos, então, alguns discursos durante a pesquisa que problematizam sobre o assunto:

“Na minha família é bem recorrente acontecer comentários homofóbicos, principalmente partindo dos meus tios. É algo que já está enraizado, tanto na sociedade no geral como nas rodas de conversa da minha família, sempre surgirem ofensas homofóbicas em tons de brincadeiras. Mas, sempre costumo dizer que é errado, eu e alguns primos” (Luna, estudante da escola).

“Lá em casa também é frequente a forma com que isso acontece, sempre em tons de brincadeiras, mas, também, sempre cheias de verdade. Já ouvi de familiares próximos que preferiam os filhos em situações precárias, do que sendo gays, lésbicas etc. Contudo, também tenho exemplos positivos na minha família, como por exemplo meu tio, que apesar de todo discurso presente na família, assumiu um relacionamento gay e segue mostrando o quanto feliz está” (Daniel, pesquisador universitário).

“Acredito que em todos os locais isso acontece, sempre uns vão apoiar e outros não. Seja na família, na igreja, nos grupos de amigos, e até mesmo aqui na escola. Por exemplo, muitos professores respeitam e apoiam, já outros não. Teve um caso que aconteceu aqui e marcou muito, onde um professor disse que deveríamos nos relacionar afetivamente fora da escola e da forma correta, homem com mulher. No caso, insinuando que a homoafetividade era errada” (Harry, estudante da escola).

No que tange o contexto escolar, Junior & Oswaldo & Pocahy (2018) abordam que comumente ocorrem violências como essas supracitadas, mas o que gera destaque por parte do corpo docente é o silêncio que muitas vezes gira em torno dos relatos de agressões homofóbicas por parte dos alunos. O mesmo salienta que isso ocorre devido a duas linhas: uma que seria o professor não identificar o comportamento ou falas como preconceito e, a outra, entra na classe do mesmo compactuar com o agressor e ter o mesmo pensamento sobre.

Alguns agentes escolares resistem em reconhecer questões relacionadas à diversidade sexual para também não terem que se responsabilizar em acolher e discutir questões de discriminação sexual e homofobia. Isto está relacionado com a dimensão institucional da

homofobia na escola a partir do distanciamento e silenciamento que se mantém sobre esse assunto (Borges & Meyer, 2008). Ainda, isso inclui em muitas situações a omissão dos diretores e professores em participar de ações como as de formação e intervenção sobre sexualidade e diversidade sexual, o que ainda pode colocar aqueles que participam em situação de vulnerabilidade, ao ponto de poderem ter sua heterossexualidade questionada e torná-los vítimas da homofobia.

Para mais, Borges *et al.* (2011) aborda que esse distanciamento da escola em trabalhar sobre temáticas relacionadas à sexualidade e promover ações de combate à homofobia pode estar relacionado com a inexistência de uma preocupação formal e institucional com as questões sobre sexualidade por parte dessa instituição e da família, o que faz com que essa aproximação fique sob a responsabilidade dos professores que, voluntariamente, se interessam em abordar o assunto no contexto escolar.

Contudo, vale salientar sobre o acúmulo das atribuições dos professores, somado às expectativas que a sociedade e os pais têm sobre a escola e sobre o educador, aparece como uma sobrecarga que também os levam a escolher os assuntos que julgam mais importantes, os conteúdos das disciplinas tradicionais, para serem tratados em sala de aula, ao invés de temas transversais, como o de Diversidade Sexual e de Gênero. Entretanto, é importante ressaltar que, de acordo com os Parâmetros Curriculares nacionais - PCN, esses outros assuntos também devem integrar os conteúdos previstos para serem trabalhados na escola, dada a relevância dessas temáticas serem abordadas transversalmente na educação básica (Brasil, 1998).

Tomando como base o que foi trabalhado, coletado durante a pesquisa e explanado acima sobre esses contextos da escola e as diversidades, é possível observar que todas as esferas sociais em que o sujeito está inserido pode vir a ser responsável por disseminar ataques violentos sobre os corpos LGBTQIA+. Dessa forma, abre-se a seguinte questão: quais as formas de resistência que esses jovens produzem em suas vivências dentro e fora da escola?

Harry (estudante da escola), compartilhou como foi o seu processo de descobrimento e qual meio usou para expressar-se:

“Eu demorei muito a entender o que realmente sentia, quem eu era de verdade. Foi um processo demorado e um tanto solitário, principalmente porque ocorreu durante a pandemia e o isolamento social. Mas, quando tudo voltou, eu encontrei na arte e no teatro uma forma de me expressar, de poder mostrar aos demais e a mim mesmo quem eu era. O teatro, a arte, encenar, foi tudo um amparo para mim” (Harry, estudante da escola).

Não é de agora que arte adentra as ruas e vivências como meio de resistência e luta, como bem traz Cruzeiro (2017, p. 203), nos tempos de ditadura militar, as mulheres saíam às ruas contando as suas histórias, buscando expor os horrores que viveram e as formas pelas quais foram reprimidas e silenciadas no cenário público, como ocorreu no Brasil durante o período militar. Este autor ainda indaga que a arte é uma produção militante que tinha como papel denunciar essas vivências, seja através do cinema, da literatura, do teatro, da pintura, da música etc. Ainda, a arte é compreendida como fator militante quando a mesma é uma expressão de transgressão cultural em que os responsáveis por ela, os artistas, buscam provocar inquietações sobre pautas políticas.

A arte, enquanto provocadora social, critica práticas sociais de opressão através de dimensões estéticas e poéticas, o que resulta em contradições. Essas práticas “produzem novos sentidos de corpo e espaço”, como trata Pagnan (2019), funcionando como mediadoras de discursos insurgentes ou tidos como banais pela atual conjuntura social. Assim a arte materializa abstrações singulares como forma de libertação dos sistemas disciplinares ao abordar o espaço público e os padrões impostos na sociedade como local a ser atualizado e/ou banido. Apenas a sua presença provoca reações quase instantâneas. Uma proibição foi desconsiderada. Uma vez exposto e o pudor ruboriza-se fazendo com que a moral assuma a responsabilidade de retirar o impropério fazendo com que o indivíduo seja participante ativo do processo.

Nas oficinas realizadas durante os encontros da pesquisa, a arte foi usada como forma de expressão pessoal, buscando através dela mostrar ao restante do grupo como cada indivíduo era atravessado pelo cotidiano perante as causas LGBTQIA+. Foram trabalhadas questões de teor amoroso, de violências vivenciadas e, de libertações e resistências pelos participantes.

De modo a findar, salienta-se uma fala de um estudante da escola e participante da pesquisa, sobre os momentos de partilha que ocorreram durante a pesquisa e em como o mesmo foi atravessado por tal:

“Momentos como esses, por mais simples que possam parecer ser, me encorajam a viver quem realmente sou. Poder falar sobre minhas vivências, em como foi meu processo de descobrimento e não me sentir julgado por tal, me traz uma sensação de aconchego. Hoje, posso dizer que sei me expressar e entender um pouco melhor, assim como tenho uma maior coragem de lutar por direitos que são meus, que são nossos” (Harry, estudante da escola).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas problematizações e discussões elencadas nesse estudo sobre os atravessamentos e modos de resistência a LGBTQIA+fobia, encontramos em tantas vozes reflexões de como estigmas e violências recaem sobre os corpos dos sujeitos da comunidade LGBTQIA+. Esses impactos se ratificam a partir do sistema patriarcal machista que contribui para a perpetuação e disseminação de tais condutas opressoras. Ainda, se fez possível constatar que distintos grupos sociais podem adentrar como dois pontos opostos nas vivências dos sujeitos LGBTQIA+: como fonte agressora e, também, como meio de apoio e resistência. Grupos como o círculo de amigos e o meio familiar foram foco principal da presente pesquisa, onde foi constatado como esses grupos são agentes ativos no que entrelaça as suas vivências dos sujeitos.

Em uma primeira instância de relações sociais, a família entra como formadora ativa na identidade do sujeito, tendo um papel fundamental em seu percurso particular. Foi constatado discursos por parte dos alunos participantes da pesquisa onde familiares violam os sujeitos LGBTQIA+ através de falas preconceituosas, quando aprofundado sobre o que amparam tais discursos, os meios religiosos entram como base para tais ações, deslegitimando a união homoafetiva e discriminando os comportamentos dos mesmos. Contudo, também foi observado que o teor religioso surge, ainda, como forma de apoio às causas LGBTQIA+, quando suas crenças são usadas para combater as violências que circundam esses indivíduos.

Quanto ao círculo de amizades, não se diferencia de como as coisas ocorrem no núcleo familiar. Por um lado, parte dos amigos servem de apoio e força nesse processo de luta e resistência, enquanto outra parte deles endossam essa barreira que são os preconceitos. Não diferente, o contexto escolar se fundamenta da mesma forma. Muitas vezes, o local que deveria ser de apoio e evolução, acaba se tornando mais uma ferida nas vidas de jovens LGBTQIA+, uma vez que se deparam com discursos de violência e ódio, que deslegitimam suas identidades sexuais e de gênero.

No que tange às formas de resistência encontradas por parte dos jovens, como meio de desvincular-se das violências que os atravessam e como auxiliadora no processo de descoberta e aceitação pessoal, entra a arte como ponto chave. Seja ela expressada através do teatro, da música, da escrita, etc. Fundamenta-se como uma ferramenta tanto de apoio, como meio de luta para a conquista de direitos. Dito isso, uma vez que o estado garante que a educação deve ser inclusiva e respeitar as diversidades existentes na sociedade, porque não

usar da arte como forma de propagar igualdade, entendimento e respeito dentro do ambiente escolar?

Para mais, tomando como justificativa a perpetuação dos sistemas de poder que atualmente regem a nossa sociedade, é possível constatar que ainda se fará necessário novas lutas e resistências por parte da comunidade LGBTQIA+ em busca de equidade em direitos e reconhecimentos de suas singularidades. Ainda, cabe salientar que essa busca deve ser realizada de forma contínua levando em consideração todos os marcadores sociais que perpassam os corpos, como raça, classe social, gênero, sexualidade e território.

De modo a destacar e findar, Costa & Nardi (2015) trazem que é crucial que se entenda o que entrelaça os papéis do psicólogo nessas questões, perante casos homofóbicos e de negação de direitos. Os mesmos ainda trazem que o psicólogo vem exercendo um papel de esclarecer o que de fato é o ato preconceituoso e, não de combater o ato em si. Isso, segundo ele, se dá pela forma como tais preconceitos encontram-se enraizados socialmente. Por fim, ainda reforça a importância do psicólogo no combate a diminuição da discriminação, uma vez que esclarece tais questões e o quão as mesmas são trágicas sobre os corpos dos sujeitos da comunidade LGBTQIA+.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 648-663, 2007.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar, *et al.* Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em debate**, v. 40, p. 100-111, 2016.
- AMARAL, Alice Mayra Santiago *et al.* Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 62-67, 2017.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BORGES, Zulmira Newlands *et al.* Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em revista**, p. 21-38, 2011.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 16, p. 59-76, 2008.
- BRASIL. (1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF.
- BUTLER, Judith. Criticamente *queer*. In: **Estudos de desempenho**. Palgrave, Londres, 2003. p. 152-165.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANCIANI, Pamela; GHISLENI, Pâmela Copetti. Desfazer o natural, desnaturalizar o feito: A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. In: **I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos**. 2018.
- CARDOSO, Janaína Gularte *et al.* Discriminação percebida e consequências emocionais da LGBTQIA+ fobia no consumo no Brasil. **Innovar**, v. 32, n. 85, p. 33-47, 2022.
- CARVALHO, V. B. C. Desenvolvimento humano e psicologia. **Belo Horizonte: UFMG**, 1996.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder *et al.* Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. **Trends in Psychology**, v. 25, n. 2, p. 691-702, 2016.
- CERQUEIRA, Carla; SANTOS, Maria Helena; FILICE, Renísia Garcia. Desigualdades sociais e medidas de ação afirmativa: Entre avanços, resistências, incompreensões e novos desafios. **Desigualdades sociais e medidas de ação afirmativa: entre avanços, resistências, incompreensões e novos desafios**, n. 44, p. 9-17, 2021.

COIMBRA, C.M. B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, vol 7, nº 1, 1995, pp. 52-80.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em psicologia**, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

COSTA, Elis Regina; OLIVEIRA, Kênia Eliane. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. **Itinerarius Reflectionis**, v. 7, n. 1, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CRUZEIRO, Cristina Pratas. Arte pública e política. **Convocarte**, p. 200-214, 2017.

DALL'ORTO, Felipe Campo. Representatividade e diversidade da comunidade LGBTI+: a construção discursiva das colunas opinativas na Folha de S. Paulo e na Mídia Ninja. 2022.

DE PAULA, Luciane; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum Linguístico**, v. 19, n. 1, p. 7555-7574, 2022.

DO COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos; POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e juventude (s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 124-137, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Global, 1984.

FAZZANO, Leandro Herkert; GALLO, Alex Eduardo. *Un analisis de la homofobia bajo la perspectiva del analisis del comportamiento*. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 535-545, 2015.

FILIPINI, Cibelle Barcelos *et al.* Transformações físicas e psíquicas: um olhar do adolescente. **Adolesc. Saúde (On-line)**, p. 22-29, 2013.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. (1999) **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. cap. 16, p. 243-76: sobre as histórias da sexualidade.

FRÓIS, Érica Silva. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. **Tradução: Mathias Lambert**, v. 4, 1988.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. Roca, 1983.

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 20, 2018.

HÍBRIDA. **Em 2022, Brasil teve uma morte violenta de LGBTI+ a cada 34 horas**.

*On-line*. Disponível em:

<https://revistahibrida.com.br/brasil/brasil-mortes-assassinatos-lgbti-2022/>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HONORATO, Isabelle Brambilla. NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 304 p. 2017.

JÚNIOR, Roberto César Santana; CECCARELLI, Paulo Roberto. Intolerância na adolescência: a resistência de adolescentes LGBTI+ à homofobia. **Reverso**, v. 42, n. 80, p. 73-82, 2020.

MACHADO, Bruna Farias. Estudos de masculinidades: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em Onde estão os ovos?, de Fabrício Carpinejar. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p. 49-63, 2016.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 291-302, 2016.

MARINHO, Silvana. Gênero, sexualidades e adolescências: intersecções identitárias possíveis fora do (s) armário (s)? Reflexões a partir da experiência num Centro de Cidadania LGBT. In: **VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de gênero. Associação Brasileira de Estudos da Homocultura–ABEH. Juiz de Fora/MG: ABEH, UFJF. 2016.**

MEIRA, Celio Silva; FERREIRA, Lucas Aguiar Tomaz. Além de bixa, é preta, é pobre e afeminada?: Interseccionalidades e os marcadores da desigualdade nas escolas públicas de Poções-BA para com a população LGBT. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, 2019.

MOSCOVICI, S. (2003) **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da homossexualidade na família: Revisão integrativa da literatura científica. *Trends in Psychology*, v. 26, p. 1527-1541, 2018.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Sexual and Reproductive Health*. WHO, 2006. PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs no Brasil: Premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 7-23, 2018

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PEREIRA, C. R.; TORRES, A. R. R.; PEREIRA, A. S. L. S., & FALCÃO, L. C. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 73-82, 2011.

PESSOA, Camila Turati; COSTA, Lúcia Helena Ferreira Mendonça. Constituição da identidade infantil: significações de mães por meio de narrativas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 501-509, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.141-155. QUEIROZ, F. M. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**. Mossoró, RN: UERN, 2008.

RIBEIRO, Laura Moraes; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & sociedade**, v. 29, 2017. SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Jean Jesus; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Homofobia e escola: uma revisão sistematizada da literatura. **Revista Subjetividades**, v. 20, 2020.

SILVA, José Carlos Pacheco da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2643-2652, 2021.

SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da. **Projetos parentais ectogenéticos LGBT: o desafio da construção das famílias homoparentais e transparentais perante o ordenamento jurídico brasileiro**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Homofobia en la escuela: las representaciones de educadores. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 635-647, 2015.

SOUZA, Sara Oliveira *et al.* Iniquidades de gênero e vulnerabilidade às IST/HIV/AIDS em adolescentes de assentamento urbano: um estudo exploratório. **Ciencia y enfermería**, v. 26, 2020.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**. Performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha: uma a(na[|])rqueologia da diversidade sexual**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, v. 42, p. 181-198, 2016.